



41 Anexo II...” e isso inclui o Ministério da Educação “... a realização de novas contratações  
42 relacionadas a locação, aquisição de imóveis, alocação de imóveis...”. Prof. Leonardo finalizou sua  
43 fala informando que foi solicitado aos campi de Araras e Sorocaba o relatório sobre as moradias  
44 externas e que esse assunto precisaria ser amplamente discutido no CoAd. O discente William  
45 questionou o porquê de o documento não ter sido enviado junto com os demais anexos da reunião e  
46 por que essa questão não seria discutida primeiramente no CoACE. A discente Talita, representante  
47 da Comissão de moradias de Sorocaba, colocou que não foram comunicados sobre o encerramento  
48 das moradias e não só sobre o encerramento como também o aumento de créditos, que em sua  
49 opinião também deveria estar na pauta. Talita falou também sobre a necessidade do reajuste da  
50 bolsa em espécie, colocando que está sendo proposto o fechamento das moradias, sendo que a bolsa  
51 em espécie de R\$300,00 era algo surreal, com a qual ninguém alugaria uma casa, pagaria internet e  
52 demais contas. A discente informou que conforme os dados do reajuste anual de aluguéis, o reajuste  
53 atual era de R\$571,00 e pontuou que a UFSCar não tem reajuste desde 2007, e que desde essa data  
54 tem ficado muito abaixo do ideal. A aluna ainda disse que os alunos queriam ser ouvidos, e que em  
55 nenhum momento foram ao seu encontro para saber o que achavam em relação ao fechamento das  
56 moradias. Prof. Leonardo respondeu que esse processo está em fase inicial e que não será feito da  
57 noite para o dia, colocou ainda que acredita que esse assunto deva ser levado pelo CoACE para o  
58 CoAd, para uma maior discussão a respeito. Já em relação ao aumento do valor da bolsa moradia,  
59 Prof. Leonardo colocou que entende a necessidade de uma adequação e que seria algo que  
60 gostariam de fazer, mas que isso não podia ser garantido tendo em vista que o recurso PNAES,  
61 direcionado para a assistência estudantil, não sofria reajustes desde que foi criado, e que com os  
62 cortes do governo estava reduzindo. Talita disse que é nesse ponto que se perde a lógica, pois  
63 sabendo que cada apartamento comporta 5 pessoas e que o aluguel do apartamento é R\$650,00,  
64 pagando R\$300,00 para cada discente o gasto seria maior do que a manutenção das moradias.  
65 Também ressaltou a falta de pagamento das bolsas em dia, questionando como os alunos teriam  
66 segurança em sair da moradia vaga e ir para a bolsa espécie. Sra. Francly colocou que com relação  
67 aos problemas no pagamento de bolsas, eles não ocorreram por falta de recurso, mas sim por  
68 problemas de cadastro ou por incorreção de dados, e que essa questão fugia ao assunto em pauta.  
69 Pontuou ainda que existem várias dificuldades com o Programa de Assistência Estudantil e que a  
70 Pró-Reitoria quer sim enxergar as verdades e dificuldades e construir junto soluções, mas que no  
71 momento o que estava sendo colocando é que existia uma diretriz do Ministério do Planejamento,  
72 Desenvolvimento e Gestão orientando aos órgãos públicos a não realizarem mais aluguéis e que era  
73 preciso decidir onde seria o melhor local para que as questões relacionadas a essa diretriz fossem  
74 avaliadas e decididas. A Pró-Reitora lembrou que havia sido deliberado que essa discussão sairia  
75 do CoACE e iria ser assegurada como ponto de pauta no ConsUni, essa resolução foi encaminhada  
76 ao ConsUni e a Presidente desse Conselho, a Reitora Prof. Dra. Wanda, respondeu por meio do  
77 ofício apresentado ao início da reunião, que o local mais adequado para se discutir essa questão  
78 seria o CoAd. Disse ainda que a votação a ser realizada no CoACE não dizia respeito a situação das  
79 moradias externas, mas sim ao ofício recebido do ConsUni que colocava que o local mais adequado  
80 para se discutir essa questão seria o CoAd. A discente Isabela, representante da APG e membro do  
81 Conselho Universitário colocou que a decisão de passar o ponto para o CoAd não foi uma decisão  
82 do ConsUni, mas sim da Reitora que negou a criação do ponto de pauta na medida em que o mesmo  
83 não foi apreciado pelo plenário. Prof. Leonardo respondeu que o CoACE deliberou que fosse  
84 encaminhado um convite para a Reitora esclarecer o assunto no Conselho e que fosse colocado  
85 como ponto de pauta no ConsUni, sendo assim a resposta que chegou é do que o CoACE  
86 encaminhou e não da requisição feita pela aluna. A discente ressaltou que era necessário deixar  
87 claro que a decisão foi da Reitora como Presidente do Conselho e não do plenário para não acharem  
88 que o Conselho Universitário decidiu não passar o ponto de pauta. Prof. Leonardo respondeu que  
89 quem assinou o documento não foi o Conselho, mas sim a Reitora que enquanto presidente  
90 acreditou que deveria ser encaminhado o ponto para outro Conselho que não aquele a qual  
91 encaminharam a solicitação. Prof. Marcio disse que era necessário buscar a essência da verdade no  
92 que se refere ao significado da moradia estudantil. O docente discursou que a moradia estudantil

93 serve para assegurar a existência do aluno pertencente ao PAE na Universidade, sendo esse um  
94 problema social e não de administração. Para o professor o Ofício da Reitora deveria ser rechaçado  
95 pelo CoACE, porque vai contra o sentido da existência desse Conselho. Prof. Marcio também disse  
96 que gostaria que o Prof. Leonardo retomasse a Portaria que foi apresentada onde diz respeito ao ano  
97 de 2017, se isso significa que passará a valer a partir de 2017, ou será em 2018, ou se é uma medida  
98 conjuntural para 2017, sendo esse um tema que ainda vai ser discutido e vai ser tomado  
99 providências para o ano que vem, mas que 2018 acreditava que a Portaria não estava assegurando e  
100 complementou que como não teve acesso a essa, gostaria de uma leitura mais apurada. Disse  
101 também que achava que todo encaminhamento administrativo e de planejamento nesta conjuntura e  
102 nesse governo deveria ser questionado pela autonomia da Universidade e de seus recursos,  
103 afirmando que a Universidade tem autonomia nos seus recursos e nos seus trâmites e que isso  
104 precisa ser assegurado. Prof. Marcio informou que a Reitora é membro do Conselho de Reitores  
105 Universitários e que se isso é uma medida que irá afetar todas as universidades ela deveria levar  
106 esse tema para somar forças, não sendo certo uma resposta breve em um ofício a partir de um  
107 convite de participação no CoACE. Por fim solicitou que o Conselho encaminhasse um novo  
108 convite para a participação da Reitora no CoACE para debater o assunto, não podendo ser aceito a  
109 transferência de um problema que é social para um fórum administrativo por não se tratar de  
110 número, e se o problema fosse número, o Sr. Julio, responsável pelo relatório de Sorocaba, já havia  
111 dito que em relação a custo a bolsa espécie sairia mais cara que a moradia vaga, sendo assim em um  
112 momento de crise, onde é necessário economizar, e sobretudo economizar no social vindo desse  
113 governo onde em outros temas tem liberação de dinheiro, neste ponto específico é mais prudente no  
114 ponto de vista dos números manter o aluguel. Prof. Marcio reforçou que sua posição era de resgatar  
115 o sentido do que é uma moradia estudantil e que não se podia colocar alunos em uma situação de  
116 maior vulnerabilidade e de uma precariedade vindo de uma bolsa que a qualquer momento podia ser  
117 interrompida, ou por problemas de cadastro, sofrer atraso no pagamento. Para o professor a  
118 Universidade tem que assumir a responsabilidade sobre esses alunos, ainda mais tendo em vista a  
119 variedade existente de editais e programas de acessibilidade de entrada de alunos da UFSCar. Essa  
120 não é apenas uma questão de Planejamento, mas também da assistência aos alunos. Profa. Lourdes  
121 lembrou que na última reunião do conselho foi informado que a Prof<sup>a</sup>. Wanda tinha suspenso  
122 por conta própria e de forma autocrática sem passar pelo Conselho a moradia externa e ao ser  
123 questionado Prof. Leonardo informou que ela tinha um problema em relação ao uso do seu CPF,  
124 havendo uma insegurança em relação a documentos, e então os membros de Sorocaba  
125 encaminharam que havia necessidade da presença da Reitora neste espaço para que ela pudesse  
126 esclarecer essa atitude, que foi aprovado pelo Conselho. Nesse sentido em que a Reitora não pôde  
127 comparecer a 30<sup>a</sup> Reunião do CoACE para esclarecer todas essas informações, enviando um  
128 documento com uma indicação para que o assunto fosse discutido no CoAd consiste uma atitude  
129 que se nega ao diálogo e leva para o setor administrativo uma questão que não é administrativa, e  
130 sim de política pública, educacional e portanto não pode ser tratada em um Conselho que não seja  
131 este onde as pessoas que são impactadas. A docente colocou que gostaria de lembrar que como  
132 política pública, esse assunto deveria ser discutido neste Conselho, pois no CoAd não se discute  
133 enquanto sujeitos, mas sim como números e como o Prof. Marcio já havia dito, essa atitude perde  
134 totalmente a garantia do diálogo e gera uma reflexão de qual a garantia dessas bolsas, qual a  
135 garantia que elas se mantenham e em que elas sejam efetivamente capazes de manter os estudantes  
136 em situação segura na Universidade. Profa. Lourdes ressaltou que deveria ser reiterado junto ao  
137 Conselho a solicitação da presença da Reitora no CoACE e um outro encaminhamento da situação.  
138 O discente Raul disse entender o porquê de a Reitora Wanda colocar a questão como administrativa,  
139 para ele isso se deve ao fato de ela não estar pensando muito nos alunos. O aluno expôs que não  
140 considera que uma conversa com o conselho seria efetiva porque não é com o CoACE que deveria  
141 ocorrer esse diálogo e sim diretamente com ela, mas como a forma de diálogo com ela era de cima  
142 para baixo, considerava muito difícil isso ocorrer. Em relação aos aluguéis, o discente disse que  
143 entende que é muito mais fácil mudar para bolsa em espécie porque assim a Universidade não  
144 precisa lidar com o aluguel ou com o proprietário da casa e se atrasar o pagamento da bolsa, que é o

145 que está acontecendo, os alunos simplesmente serão despejados. O discente disse que o DCE se  
146 posicionou totalmente contra esse tipo de diálogo e a essa Portaria do Ministério do Planejamento  
147 porque existem instituições de ensino que alugam prédios, sendo assim não é bem esse o problema.  
148 Colocou também que se essa portaria passar e os estudantes perderem a casa, a Universidade para  
149 de funcionar em todos os sentidos, além disso os estudantes não achariam legal ter que voltar para  
150 casa e perder a graduação já que não é fácil passar pelo Enem, imagina chegar na Universidade e  
151 descobrir que não consegue permanecer na mesma. A discente Janaina expôs que isso não é um  
152 problema administrativo, mas de política de assistência estudantil e que é preciso refletir qual a  
153 política que a nova gestão de Reitoria quer para a Universidade, que tipo de Universidade querem  
154 construir, porque se querem jogar uma pauta de política pública para o Conselho de Administração,  
155 pensando que isso reflete apenas em questões orçamentárias, isso mostra muito bem qual é a  
156 prioridade, ou não, desta Universidade neste momento. Colocou também que o fato de basearem o  
157 orçamento de uma Universidade em uma Portaria onde existem diversas brechas como a que fala  
158 sobre a prorrogação contratual e substituição contratual nos incisos 2, 3 e 4 no qual o 2 diz que a  
159 locação de imóveis se mantém segundo respeitados os limites, não faz sentido o fechamento dos  
160 contratos existentes. Além disso, a aluna colocou que a decisão está sendo baseada em uma diretriz  
161 externa, sendo que a Universidade tem autonomia orçamentária. A discente finalizou dizendo que o  
162 CoACE precisava exigir que essa pauta fosse votada dentro do ConsUni, para sua inclusão, e não a  
163 Presidente do Conselho simplesmente decidir qual pauta entrava ou não na Ordem do Dia, porque  
164 não fazia sentido ter conselheiros se fosse administrado assim os conselhos. A discente Bruna  
165 apontou que a Reitora Wanda teve uma decisão autoritária de fechar as moradias externas, o que foi  
166 considerado um absurdo e que por isso foi encaminhado ao ConsUni uma solicitação para que esse  
167 revogasse a decisão autoritária que a Reitora teve, e não simplesmente pautar essa questão no  
168 ConsUni, e a resposta que obtiveram foi outra decisão autoritária, não deixando que a pauta  
169 ocorresse no âmbito do ConsUni, não respeitando nenhum dos Conselhos envolvidos. A aluna  
170 alegou que frente a essa situação os membros discentes se sentiam feitos de palhaços porquê do que  
171 adiantava buscar voto dos estudantes e perder aula se simplesmente a Reitora podia decidir e os  
172 conselhos não podiam tentar discutir e revogar o que ela colocou. O discente Thiago disse que  
173 tendo em vista tudo que foi colocado, a questão da Portaria que está totalmente desconexa e cheia  
174 de pontos que não fazem sentido não é uma decisão a ser tomada no Conselho de Administração. O  
175 aluno alertou que estão lidando com vidas, com permanência de alunos e que é sabido que existem  
176 pessoas no Campus que estão atordoadas porque sabem que não cabe todo mundo dentro da  
177 moradia interna e que a bolsa de trezentos reais não dá para pagar as contas que incluem em um  
178 aluguel, e mais do que isso acreditasse que está ocorrendo um retrocesso no que diz respeito às  
179 políticas públicas na Universidade e isso precisa ser levado em conta já que são coisas que  
180 demoram a ser conquistadas e do nada por questões autoritárias ou por ordens que praticamente  
181 veem do além são perdidas. O aluno colocou também que o convite que foi feito foi para que a  
182 Reitora participasse do Conselho e não que ela respondesse por ofício e que agora o  
183 encaminhamento deveria ser para que ela viesse para a Reunião do CoACE para discutir junto,  
184 porque se ela não coloca isso como prioridade e não coloca em debate na reunião do ConsUni, o  
185 CoACE tem que se responsabilizar por isso. O aluno também colocou que  
186 o debate que tem que ser feito é que se o ConsUni e a Reitora da Universidade não colocam a  
187 permanência estudantil como prioridade o CoACE tem que ter isso como principal meio. O discente  
188 ainda solicitou que fosse encaminhado a Portaria para todos os conselheiros. Prof. Antón colocou  
189 que não só a questão da moradia estudantil, mas também a questão dos recursos do Restaurante  
190 Universitário que também foi constituído no âmbito do CoAd, deveriam ser constituídos e  
191 discutidos no âmbito do CoACE. A discente Giovana expôs que como representante do CoAd,  
192 ConsUni e CoACE apesar de nunca ter recebido uma carta ou e-mail do CoAd avisando das  
193 reuniões, mesmo tendo mandado e-mails para a reitoria avisando disso, queria que fosse deixado  
194 claro para que serve cada Conselho, pois esperasse que no CoACE se debata sobre assistência  
195 estudantil. Colocou ainda que foi votado no ConsUni no início do ano um Plano de Ações  
196 Afirmativas que tinha como plano garantir moradia e que levar essa questão social para um âmbito

197 financeiro chama a atenção para o ponto de que a precarização que ocorreu nas Universidades foi  
198 igual, que as pessoas tinham bolsa e hoje em dia estão com as bolsas cortadas. A aluno finalizou  
199 dizendo que é preciso conseguir discutir no âmbito deste Conselho quais são as políticas que a  
200 Administração da UFSCar pensa no âmbito de permanência estudantil, dentro do restaurante e das  
201 moradias não só como paliativo, mas sim como política pública. O discente João colocou que o  
202 Artigo 2º da Portaria apresentada dizia que fica “...suspensão em 2017, a partir da publicação desta  
203 Portaria aos Órgãos listados no anexo 2, a realização de novas contratações relacionadas a: ...”  
204 seguido de vários itens, o discente chamou a atenção para a palavra novas, fazendo uma menção  
205 sobre a possibilidade da manutenção de contratos vigentes. O discente expôs que sabe que existem  
206 no campus de São Carlos contratos de casas que já foram entregues, o que é uma situação bem  
207 delicada porque esses alunos já foram realocados e esses contratos se perderam e não podem ser  
208 refeitos a partir dessa diretriz, porém destacou que ainda existem contratos que estão vigentes e que  
209 podem ser mantidos, o que faz com que essa situação deva ser debatida no âmbito do CoACE e não  
210 no CoAd. O discente Guilherme expôs que no CoACE não existem discentes do campus de  
211 Sorocaba e que há necessidade dessa representação, principalmente por parte dos alunos bolsistas.  
212 Também disse que cada moradia de Sorocaba tem por volta de 5 alunos e se essas moradias forem  
213 fechadas e os alunos receberem a bolsa em espécie dos 80 alunos bolsistas que hoje estão na  
214 moradia não ficariam 10, até por conta da situação de calamidade que a moradia se encontra, na  
215 qual os alunos, toda semana, reclamam por problemas de infiltração na parede, fio pegando fogo  
216 entre outras coisas. Prof. Leonardo colocou que a verba do PNAES é a mesma para pagamento de  
217 bolsas e aluguéis e que caso não tenha o PNAES não é possível realizar nem um nem o outro, já em  
218 relação a assegurar se vai ter bolsa ou não houve sim um atraso durante esse ano que foi apontado  
219 pelos alunos que foi por problema de dados bancários e isso é algo que infelizmente acontece às  
220 vezes. Em relação a decisão da Reitora, Prof. Leonardo disse que muitos colocaram isso como  
221 sendo de forma autoritária, mas a partir do momento que a Portaria foi colocada suas diretrizes  
222 estavam sendo seguidas, tendo em vista outras implicações jurídicas. Prof. Leonardo disse ainda  
223 que a Reitora nunca se negou em todo esse tempo a conversar com os estudantes e negociar essa  
224 questão, disse também que a Reitora não pode comparecer ao CoACE por ter uma reunião em  
225 Brasília na mesma data. Registrou que acredita sim, tendo em vista todos apontamentos feitos, que  
226 o CoACE é o espaço para se debater a permanência e que então é necessário reforçar esse convite  
227 para trazer a Reitora ao Conselho para no que no âmbito do CoACE discuta essa questão que é  
228 social e também administrativa. Sra. Francly disse que basicamente a discussão foi no sentido de  
229 empoderar o CoACE como local onde deve-se discutir e decidir sobre a questão e então acreditasse  
230 que os dois encaminhamentos poderiam ser revistos, tanto o de levar a questão ao ConsUni quanto  
231 ao CoAd, e que talvez o melhor encaminhamento seria convidar a Reitora a vir discutir a questão  
232 impreterivelmente na próxima reunião do CoACE. Prof. Anton disse que o Conselho precisava  
233 reforçar uma deliberação que já havia sido tomada de levar ao ConsUni o pedido de revogação da  
234 decisão. Sra. Francly questionou se o encaminhamento seria uma resposta a esse ofício reiterando a  
235 Resolução CoACE no sentido de revogar o processo fechamento de moradias externas para que se  
236 discuta a questão e não se tome nenhuma medida no sentido de encerramento das moradias externas  
237 antes da discussão no CoACE. Prof. Anton concordou, já que a revogação só seria possível no  
238 Conselho Universitário. A discente Bruna disse que nesse documento deve constar que a decisão  
239 seja revogada e a explicação de como um Conselho funciona democraticamente, que quando a mesa  
240 recebe uma pauta e tem dúvida se coloca ou não é necessário abrir para o plenário a discussão e  
241 esse decidir se a pauta entra ou não. Prof. Marcio disse que inicialmente haviam falado de sustar ou  
242 interromper o processo, mas não é apenas interrupção e sim revogação da decisão de fechamento da  
243 moradia externa e que para esse Conselho está claro que não se deve encerrar esses contratos de  
244 aluguel das moradias externas substituindo-os por bolsas. Prof. Leonardo leu a Resolução N°88 do  
245 CoACE onde no “... Art. 1º Convidar a Magnífica Reitora, Profa. Dra. Wanda Hoffmann, para  
246 esclarecer sobre a decisão de fechamento das moradias externas na 30ª Reunião do CoACE, a ser  
247 realizada no dia 23 de maio de 2017; ” lembrando que a reunião foi adiada para o dia 26/06  
248 devido à falta de quórum e no “Art. 2º Indicar a inclusão na pauta da próxima reunião do ConsUni,

249 a ser realizada no dia 12 de maio de 2017, da solicitação de revogação da decisão da Reitoria de  
250 fechamento das moradias externas da UFSCar campus São Carlos.” Prof. Marcio disse que é  
251 justamente isso que deve ser feito com novas datas e que esse debate deve ser no âmbito do  
252 CoACE, pois mesmo os aluguéis passando por trâmites administrativos, a condição da existência do  
253 aluno na Universidade é uma discussão do CoACE. Sra. Francly sugeriu como encaminhamento a  
254 reedição do ato, sendo acrescentado o pedido de revogação do fechamento das moradias externas, e  
255 que o assunto pudesse ser discutido no âmbito do CoACE. O discente João fez um adendo que no  
256 texto constasse os outros campi também. A discente Isabela sugeriu que o encaminhamento fosse o  
257 pedido de uma reunião extraordinária do ConsUni, pois de acordo com o Art. 28 parágrafos único  
258 do estatuto do ConsUni, as reuniões extraordinárias poderão ser convocadas com antecedência  
259 mínima de 24 horas quando ocorre motivos excepcionais a serem justificados no documento de  
260 convocação ou no início da reunião e aceitos pela maioria dos membros colegiados nas sessões do  
261 ConsUni, a inclusão de assuntos na pauta será admitida em caráter excepcional desde que  
262 devidamente justificada pelo presidente ou membro do conselho no início da reunião e acatada por  
263 maioria de membros presentes na sessão. Prof. Fabricio disse que existe uma necessidade de que  
264 haja a revogação do ato por parte da Reitora no âmbito do ConsUni e que ainda que se discuta no  
265 âmbito do CoACE essa questão também deve ser pautada no âmbito do ConsUni porque enquanto  
266 política pública e universitária é fundamental que o maior conselho da Universidade possa se  
267 manifestar a respeito. Sra. Francly questionou aos membros qual seria o âmbito de discussão, pois se  
268 discutido no ConsUni não haveria a necessidade de se discutir no CoACE. O discente Gustavo disse  
269 que uma maneira de se conseguir fazer com que os dois pontos fossem contemplados seria discutir e  
270 deliberar uma posição no CoACE, para que esse não perca força em decidir tudo que lhe cabe, e  
271 posteriormente enviar essa decisão para que no ConsUni fosse deliberado a última decisão. Sra.  
272 Francly esclareceu que foi apresentado ao CoACE tão somente o relatório das moradias de São  
273 Carlos, não tendo sido recebido ainda os relatórios que estão sendo produzidos em Sorocaba e  
274 Araras, e que ainda não foi feita uma ampla discussão sobre o assunto no Conselho é necessário que  
275 uma escolha seja feita se isso será discutido e deliberado no CoACE para ser referendado no  
276 ConsUni ou se irão transferir essa discussão ao ConsUni. Disse também que isso parece estar  
277 enfraquecendo a esfera pelo qual esse Conselho foi criado. Prof. Leonardo lembrou que o CoACE  
278 já havia decidido por indicar a revogação e encaminhá-la e que já havia sido dada uma resposta  
279 sobre isso, e ainda falou que tinha a impressão de que necessitava trazer a discussão para o CoACE  
280 e para que faça no âmbito dele junto a Reitora e aí partir para qualquer outro conselho e ainda  
281 completou que se fosse enviado qualquer outro documento trocando uma palavra ou outra é capaz  
282 de voltar a mesma resposta. A discente Bruna disse que eles só queriam que o plenário decidisse o  
283 que entra ou não na pauta e que a Reitora parasse de decidir as coisas sozinha. Prof. Marcio disse  
284 que a importância de levar ao ConsUni para os conselheiros é o fato de que é a instância que tem  
285 sim a possibilidade de revogar o ato da Reitora, diferente do CoACE que não tem a possibilidade de  
286 revogar o ato. Os pró-reitores responderam que no momento não existe nada escrito, apenas um  
287 posicionamento e que em nenhum momento foi dito ou escrito que os alunos sairiam de suas casas  
288 imediatamente. Prof. Marcio disse que o que ficou entendido pelos membros foi que a decisão já  
289 tinha sido tomada através de um ato em relação a São Carlos e que por enquanto Sorocaba e Araras  
290 não teriam mudanças. Prof. Leonardo respondeu que não há nenhum ato e que foi apenas uma  
291 decisão. Prof. Marcio disse que foi esse o entendimento dos membros tanto que no pedido de  
292 revogação está como revogação do ato, e que isso que tem que ser mantido. Colocou também que o  
293 diálogo no CoACE é a essência da moradia e que é preciso avaliar os relatórios que estão sendo  
294 produzidos sobre as condições das moradias e discutir a Portaria do Ministério Público no CoACE,  
295 como já estava sendo feito. Apontou ainda que essa portaria não indica uma revogação dos  
296 contratos vigentes, que aparentemente têm uma margem para continuidade. Por fim apontou que  
297 que tem que ser levado ao ConsUni a postura do não diálogo que está em tomar uma decisão de  
298 fechamento das moradias externas sem consultar o Conselho que dialoga sobre este tema. O  
299 professor ainda colocou que acha que deve sim manter a proposta de pedido de revogação da  
300 decisão no ConsUni e convidar a Reitora a participar do CoACE. Prof. Antón disse que considera

301 que precisa ser levado ao ConsUni como pedido de inclusão de ponto de pauta a revogação da  
302 decisão de fechamento das moradias externas. Expôs também que a impressão que muitos  
303 conselheiros tinham é que havia um documento e que agora é que foi informado ser apenas um  
304 posicionamento. Também registrou a necessidade de empoderar o CoACE, não apenas com relação  
305 a questão das moradias externas, mas também com relação as questões do Restaurante  
306 Universitário, e que achava que poderia ser aproveitado esse documento para pedir que a comissão  
307 que foi constituída no CoAd que discute recursos do Restaurante Universitário também fosse  
308 revogada por não ter sido debatido no CoACE e lembrou que até havia uma representante que foi  
309 eleita pelo Conselho em uma das reuniões, mas que não sabia se o CoAd aceitou a inclusão desta  
310 aluna na comissão. Sra. Francy pediu para que fosse discutido sobre o Restaurante Universitário no  
311 lugar onde este já consta como ponto. A discente Giovana pontuou que é preciso ter clareza em  
312 todos os Conselhos da Universidade, porque apesar dos posicionamentos da Reitora, ela não é  
313 soberana e não vai ditar coisas dentro da Universidade sem que seja questionada sobre isso, sendo  
314 assim, o posicionamento do ConsUni serve para que se garanta a democracia dentro da  
315 Universidade. A aluna colocou também que algo que pode inclusive ser usado como  
316 empoderamento do CoACE é a presença da Reitora para que a questão das moradias externas  
317 continue sendo debatida, e que como várias pessoas colocaram essa é uma questão urgente, uma  
318 questão de assistência estudantil, de permanência, é uma questão que na forma que está sendo  
319 levada considerando a opinião da Reitora é uma fórmula antidemocrática e que não se sustenta em  
320 si própria. A aluna finalizou dizendo que é preciso continuar debatendo o caso das moradias  
321 externas dentro do CoACE e que a Profa. Wanda mostre responsabilidade com a administração e  
322 com a permanência estudantil e compareça para e debater junto ao CoACE. O discente Vinicius  
323 disse que foi uma verdadeira batalha colocar como pauta do ConsUni o fechamento das moradias  
324 externas e mesmo o CoACE tendo feito a solicitação de revogação da decisão e ter recebido uma  
325 negação na inclusão da pauta ele considerava ser necessário os membros do CoACE realizarem uma  
326 nota de repúdio a decisão e ao não atendimento da solicitação porque o que aparenta no CoACE é  
327 que diferente do ConsUni algumas coisas conseguem ser encaminhadas já que a pauta não anda e já  
328 estão chegando na data limite do fechamento das moradias. O discente Thiago disse que é  
329 necessário priorizar no documento que será enviado novamente ao ConsUni a revogação da decisão  
330 da Reitora em fechar as moradias externas, o convite a participação da Reitora no âmbito do  
331 CoACE, a inclusão da pauta no ConsUni e a não aceitação de que essa pauta vá para o CoAd. Ainda  
332 ressaltou que acredita que essa seja a principal questão porque como já haviam falado cada  
333 conselho tem seu olhar e sua visão e sabe-se que no âmbito do CoAd as questões das moradias  
334 externas não serão vistas como no CoACE. Sra. Francy solicitou esclarecimentos em relação ao  
335 encaminhamento que seria dado. O discente Thiago respondeu que eles votaram a revogação do  
336 fechamento das moradias. Prof. Leonardo ressaltou que cada conselho é autônomo e que o CoACE  
337 pode fazer um pedido como o que já havia sido levado anteriormente, mas que quem faz a  
338 determinação da Ordem do Dia é a presidente do conselho. Profa. Debora expôs que como pode  
339 pedir a inclusão da pauta eles só querem isso e que a Reitora respeite o Artigo. O discente Thiago  
340 disse que como já sabem as decisões não estão sendo tomadas da forma como diz o estatuto e que é  
341 preciso colocar neste documento que o estatuto seja respeitado para que isso seja levado até a  
342 assembleia e para que todo o corpo acadêmico possa decidir. Prof. Leonardo disse que entende o  
343 que foi colocado, mas não cabe ao CoACE a discussão de como o ConsUni funciona e expôs que no  
344 seu entendimento o CoACE deve ser empoderado trazendo a discussão para ele junto a Reitora,  
345 porque assim com o posicionamento dela no âmbito do CoACE podem tirar uma resolução na qual  
346 ela estará presente e depois discutir para onde isso deve ser encaminhado. Prof. Anton pediu  
347 esclarecimentos se há algum prazo para que essas decisões sejam tomadas. Prof. Leonardo disse que  
348 não há nenhum prazo e que o que está acontecendo é que alguns contratos estão se encerrando em  
349 São Carlos, mas há a possibilidade de realocar os estudantes para outras vagas. O discente William  
350 disse que houve um prazo e que isso foi passado em várias reuniões. Prof. Leonardo reafirmou que  
351 não tem conhecimento de nenhum prazo. Prof. Marcio esclareceu que esse é um tema que é próprio  
352 do CoACE e que devem continuar discutindo no seu âmbito essas questões, inclusive a partir dos

353 relatórios que estão sendo produzidos, mas o fato de levar para o ConsUni seria justamente para que  
354 o Conselho máximo da Universidade discutisse esta política pública estudantil. Colocou ainda que  
355 achava que o Conselho já havia sido suficientemente esclarecido na outra reunião onde foi aprovado  
356 uma decisão e o que este Conselho solicitava que novamente fosse encaminhado o convite para a  
357 Reitora estar presente no CoACE como está no Art. 1 e a revogação da decisão como está no Art. 2  
358 da resolução encaminhada anteriormente. Prof. Leonardo disse que tinha como sugestão dois  
359 encaminhamentos: o primeiro seria pegar a resolução que foi feita pelo Conselho na reunião  
360 anterior, acrescentar que a revogação da decisão seria para todos os campi e encaminhá-la. A  
361 segunda proposta seria convidar a Reitora para que a decisão sobre as moradias fosse tomada no  
362 CoACE e posteriormente decidir se seria necessário encaminhar o tema para outro conselho. Prof<sup>a</sup>.  
363 Ariadne questionou para onde iriam encaminhar. Prof. Leonardo respondeu que seria encaminhado  
364 ao ConsUni e expressou seu desconforto em relação ao que estava sendo decidido por já terem feito  
365 algo muito parecido, tendo como resposta que a questão fosse encaminhada ao CoAd e que com  
366 tudo isso achava que estariam correndo o risco de mandar novamente e receber a mesma resposta.  
367 A discente Janaina disse que tem um certo desconforto de quando vão falar e são desacreditados em  
368 alguns momentos, que em relação as moradias externas ela acreditava que havia um certo hábito de  
369 algumas reuniões não terem relatos e que isso acabava fazendo com que algumas informações não  
370 fossem registradas, mas que foi falado que as moradias externas de São Carlos seriam fechadas e  
371 que inclusive já estariam sendo feitas conversas com os estudantes que moram nestas casas, e então  
372 considerava isso um ponto e propôs que já que foi explicado que não há um documento escrito em  
373 que mostre esta decisão da Reitora de se fechar as moradias externas que seja encaminhado ao  
374 CosnUni um pedido de posicionamento frente ao fechamento das moradias externas sendo ele um  
375 órgão de deliberação máximo o seu posicionamento é soberano e não o da Reitora enquanto  
376 presidente. Sra. Francy esclareceu que para que o ConsUni delibere e se posicione em relação a  
377 manutenção das moradias ele precisa ser informado, embasado e não se têm ainda os relatórios dos  
378 outros campi, ainda não foi discutido isso dentro das equipes, ainda não foi discutido com os  
379 estudantes e ressaltou que esse foi um posicionamento e um olhar tendo em vista a legislação e  
380 algumas questões que foram apontados no relatório de São Carlos quanto a manutenção e a  
381 qualidade do serviço oferecido. Colocou que achava que ainda não tinha se esgotado amplamente a  
382 discussão dentro do CoACE, com dados e com a possibilidade de fala de todos os lados já que a fala  
383 dos funcionários que administram o equipamento, assim como a dos estudantes é muito importante,  
384 além da gestão. A discente Janaina expôs que sua dúvida era justamente em relação a como se lida  
385 com o posicionamento que vem da reitoria dizendo que vai fechar as moradias, porque se entende  
386 que a gestão tem importância e que os servidores que trabalham na administração são importantes,  
387 mas quem mora são os mais importantes porque vão ficar sem teto. Sra. Francy ressaltou que  
388 ninguém havia falado sobre prazo e que foi apenas um direcionamento e um posicionamento e que  
389 os prazos que existem são os prazos de vencimento dos contratos. A discente Janaina disse que o  
390 que foi apontado foi que terminados esses contratos as moradias iam ser fechadas e que sua questão  
391 era que como se lida com essas falas que são feitas sem que a discussão seja ampliada, falas que são  
392 feitas em corredores, sem assinatura e sem registro sendo que estão lidando com vidas de estudantes  
393 que ficam desesperados porque em julho falaram que os contratos não vão ser renovados. E então  
394 esta gestão precisa ter um cuidado em seus posicionamentos, um cuidado nas coisas que são ditas  
395 sem papel escrito e sem documento para ser comprovado porque está se instaurando um pânico  
396 entre os estudantes e o posicionamento dos mesmos é justificado e eles vão pra cima em relação a  
397 isso porque são eles os mais afetados, que vão ficar sem casa e terão que ir embora e esta é a  
398 questão e sabe que os servidores são importantes, mas não são eles que moram naquelas casas. Sra.  
399 Francy disse que os estudantes nunca deixaram de ser ouvidos e não foi deliberado um prazo para  
400 que todos saiam das moradias, para que essas sejam fechadas, sendo assim é preciso que o Conselho  
401 deixe os dados chegarem para posteriormente fazer um encaminhamento ao ConsUni. Sra. Francy  
402 propôs que fosse criado no CoACE um grupo de trabalho para discussão sobre as moradias e  
403 elaboração de um relatório que se posicionasse pelo fechamento ou pela manutenção das moradias  
404 para a partir disso deliberar se esse será levado ao ConsUni. A discente Isabela disse que isso tem

405 sido praxe em todos os Conselhos da Universidade em tratar as pautas como se fosse bate e volta e  
406 não abrir para que o máximo de pessoas falem e contribuam com o debate. Ela expôs que a as  
407 moradias externas já foram pauta de reunião entre o DCE e APG e nessa ocasião em ata assinada  
408 pela própria Reitora ela sinalizou que de fato não existia um prazo para desocupar as moradias  
409 externas, no entanto o que tem acontecido na prática é que esses alunos estão sendo procurados para  
410 desocuparem as moradias externas e se está se falando de moradia e de política de permanência na  
411 Universidade tem que ser debatido quais políticas serão adotadas em relação as moradias externas e  
412 isso compete a esse Conselho. A discente fez então uma proposta escrita e leu para todos do  
413 Conselho: “Art. 1º Tendo em vista, a portaria 28 de 16 de fevereiro de 2016, do MINISTÉRIO DO  
414 PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, usada para justificar o cancelamento dos  
415 contratos das moradias externas que indica não haver novas contratações e locações federais, a  
416 saber: Art.2º: Fica suspensa, em 2017, a partir da publicação desta Portaria, aos órgãos listados no  
417 Anexo II, a realização de novas contratações relacionadas a: item II - locação de imóveis; Solicitar  
418 de acordo com o Art.25 do estatuto do Conselho Universitário (ConsUni) reunião em caráter  
419 extraordinário para que este órgão colegiado superior se manifeste acerca da não retirada dos  
420 estudantes e a manutenção dos alugueis e contratos das casas das moradias externas da  
421 Universidade Federal de São Carlos até que o CoACE proponha uma política de permanência e  
422 moradia efetiva para resolver os casos relacionados ao âmbito das moradias. Art. 2º Solicitar o  
423 comparecimento da Reitora, Profa. Dra. Wanda Hoffman, na próxima reunião do CoACE para  
424 discussão e esclarecimentos sobre as políticas de permanência e moradia da UFSCar e ainda  
425 esclarecimentos, indicação de soluções criativas, administrativas e orçamentárias por parte do  
426 Conselho de Administração (CoAd).” Profa. Lourdes disse que para ela estava muito claro que a  
427 lição de casa havia sido feita e qual era a decisão do Conselho, por já terem discutido a questão na  
428 última reunião, onde a mesma foi trazida já como uma decisão tomada pelo fim da moradia externa,  
429 mesmo sem a apresentação da Portaria. A professora também colocou que primeiramente o CoACE  
430 estava exigindo a presença da Reitora em seu âmbito para esclarecimentos sobre a sua postura  
431 autocrática quanto a sua decisão em finalizar as moradias externas, além disso o ConsUni precisava  
432 se posicionar a respeito dessas posições autocráticas, pois se tratava do Conselho máximo da  
433 Universidade que precisa ser acionado quando há algo que seja maior do que outros Conselhos, e  
434 essa decisão da Reitoria estava ferindo o CoACE, porque o único diálogo que teve até agora foi  
435 dizer que vai levar ao CoAd esse tema. Também colocou que não achava que o Conselho deveria  
436 criar um grupo de trabalho, pois era preciso que o CoACE tivesse a garantia do não fechamento das  
437 moradias e para isto a única instância que poderia contribuir neste momento e que teria condições  
438 de analisar posturas autocráticas que não podem ser alimentadas nesta Universidade Pública e dizer  
439 não ao fim da moradia externa seria o ConsUni, e ressaltou por fim que o Conselho não aceita o  
440 fim da moradia e solicita a presença da Reitora. Profa. Cássia propôs que o texto proposto pela  
441 discente Isabela fosse encaminhado para a votação, pois contemplava vários dos posicionamentos  
442 do Conselho. A discente Giovana disse que o texto da discente Isabela contemplava quase todos os  
443 pontos e que a única coisa que cabe ao ConsUni é falar que a Reitora Wanda não pode ter esse tipo  
444 de posicionamento e que não adianta fazer alarde porque os membros não vão aturar posições  
445 autocráticas e que deve enfatizar a presença da Reitora no CoACE já que os conselheiros pedem a  
446 presença da mesma. A discente Talita disse que como representante da moradia chegou com  
447 números para tentar ter um diálogo com os pró-reitores, mas isso estava difícil porque para ela eles  
448 só pensam na parte burocrática e os alunos não são apenas números, mas sim pessoas. Ela ainda  
449 disse que como Comissão de Moradia solicitava que essa questão fosse levada ao ConsUni, além da  
450 participação da Comissão em todas as reuniões que fossem tratar sobre o tema, com a participação  
451 de um representante da cada campus, e se não houvesse diálogo partiriam para outros meios porque  
452 a luta existe de várias formas e finalizou dizendo que querem ser respeitados e ouvidos. Profa.  
453 Debora Burini disse que está havendo uma blindagem muito grande para que não se leve esses  
454 assuntos para dentro do ConsUni porque isso faz com que a comunidade Universitária fique  
455 sabendo o que está sendo discutido, e que não é só a questão da moradia externa, mas também  
456 outras questões como o RU e políticas de comunicação. Em relação ao encaminhamento, expôs que

457 concorda, reforçando que tem que haver uma mobilização por parte dos conselheiros do CoACE  
458 junto aos conselheiros do ConsUni para esclarece-los da importância da pauta ser incluída e  
459 discutida. Questionou para onde os estudantes dessas moradias estão sendo levados e colocou que  
460 se a moradia externa vai ser transformada em uma política de ajuda de custo, na qual o aluno terá  
461 que se virar sozinho, sabendo que não há espaço na moradia interna, não dá para seguir com o  
462 Grupo de Trabalho, por mais que isso permita uma discussão bem aprofundada no CoACE e dê  
463 subsídios aos conselheiro do ConsUni, pois os alunos no dia-a-dia tem os contratos vencendo. Prof.  
464 Leonardo esclareceu que para todos está havendo a possibilidade de remanejamento para a moradia  
465 interna, que as vagas são limitadas, mas existem e que além disso existe a possibilidade da bolsa em  
466 espécie e que foram feitas reuniões em São Carlos com as imobiliárias visando facilitar o contrato  
467 para esses alunos com medidas como a não necessidade de fiador, o pagamento para o dia vinte e  
468 cinco, entre outras. Profa. Debora questionou se isso está escrito em algum papel. Prof. Leonardo  
469 respondeu que está registrado em ATA. Profa. Debora expôs que essas informações devem ser  
470 levadas ao CoACE para esclarecer as pessoas. Prof. Leonardo sugeriu como encaminhamento a  
471 realização de um CoACE extraordinário com a presença da Reitora para discutir a questão,  
472 levantando o máximo de dados possível, finalizando o relatório de Sorocaba e levando até a reunião  
473 as ATAS das reuniões com as Imobiliárias para posteriormente levar a questão para algum outro  
474 Conselho, pois a mesma está ainda em processo de negociação. A discente Isabela releu a proposta  
475 de encaminhamento que dizia: “Tendo em vista a Portaria 28 de 16 de fevereiro de 2017 do  
476 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que indica não haver novas contratações e  
477 locações por âmbito das autarquias federais a saber Art. 2º - Fica suspensa em 2017 a parti da  
478 publicação desta Portaria aos órgãos listados no Anexo 2 a realização de novas contratações  
479 relacionadas a: Item 2: locação de imóveis; os conselheiros do CoACE por decisão referendada pela  
480 maioria dos seus membros solicita de acordo com Art. 25 do Estatuto do Conselho Universitário  
481 reunião em caráter extraordinário para que este Órgão Colegiado superior se manifeste acerca da  
482 não retirada dos estudantes da Universidade Federal de São Carlos das moradias externas até que o  
483 CoACE proponha uma política de permanência e moradia efetiva para resolver os casos  
484 relacionados deste âmbito. Do mesmo modo, solicitamos o comparecimento da Reitora Profa. Dra.  
485 Wanda Hoffman, para discussão e esclarecimentos no CoACE sobre as políticas de permanência e  
486 moradia da UFSCar e ainda esclarecimentos, indicação de soluções criativas, administrativas e  
487 orçamentarias por parte do CoAd”. Prof. Anton indicou que talvez o teor da carta pudesse ser  
488 deliberado depois e para primeiro colocar em votação o encaminhamento. Profa. Cássia disse que a  
489 carta é extensa e contempla vários pontos importantes. A discente Bruna disse que está sendo  
490 colocado que não existe acordo e que vale a pena colocar para votação as duas propostas já que  
491 durante a reunião não vai haver um consenso. A pedido de Sorocaba a discente Isabela releu a carta  
492 para que fosse sanada todas as dúvidas referentes ao encaminhamento. Prof. Marcio disse que o  
493 ponto que precisa ficar bem claro é que essa não retirada dos estudantes consiste na a manutenção  
494 dos aluguéis das moradias externas pela Universidade, pois pode dar-se a entender que só essa  
495 transferência por bolsas não seria retirada, sendo melhor inserir essa observação no documento. De  
496 acordo com o que foi falado a discente Isabela acrescentou ao documento o trecho: “... o CoACE  
497 solicita de acordo com o Art. 25 do Estatuto do Conselho Universitário reunião em caráter  
498 extraordinária para que este órgão colegiado superior se manifeste acerca da não retirada dos  
499 estudantes e a manutenção dos aluguéis e contratos das casas relacionadas a Universidade Federal  
500 de São Carlos das moradias externas até que o CoACE proponha uma política de permanência e  
501 moradia efetiva para resolver os casos relacionados a este âmbito. Prof. Leonardo colocou em  
502 votação o texto da APG como 1ª proposta e como 2ª proposta trazer a Reitora até o CoACE e juntar  
503 mais subsídios para discussão. Foi aprovado a 1ª proposta com 11 votos favoráveis. Ponto 2.4 -  
504 Recursos indeferidos no processo seletivo para o Programa de Assistência Estudantil Bolsas e  
505 Auxílios para o ano de 2017: Prof. Leonardo informou que os nomes nos recursos eram mantidos  
506 em sigilo, mas que os estudantes foram informados sobre a votação dos recursos e que caso  
507 quisessem poderiam se manifestar. O discente João leu para o plenário uma carta assinada pelo  
508 discente William com os seguintes dizeres “Primeiramente eu gostaria de agradecer pelo documento

509 fornecido pelo serviço social de São Carlos onde os dados são claros e de fácil entendimento ao  
510 leitor; dito isso quero ressaltar que todos os recursos que serão apresentados aqui hoje são situações  
511 que apenas com o edital não puderam ser resolvidas, outro ponto a ser analisado é que o valor de  
512 corte sugerido pelo PNAES é de um salário mínimo e meio; entendo que a UFSCar não tem  
513 condições de seguir esta sugestão, porém o teto de R\$724,00 per capita, está totalmente defasado,  
514 além do teto de gastos com aluguel e pagamento de prestação de imóvel atualmente em R\$ 400,00 e  
515 o teto de gastos com saúde em R\$200,00 não condizem com a realidade do nosso país. Por isso que  
516 peço que analisem com cuidado cada caso apresentado aqui hoje, além de demonstrar que o PAE  
517 precisa de uma revisão urgente e uma proposta é que o teto do PAE seja de um salário per capita do  
518 ano anterior e que os valores e descontos de saúde e habitação sejam condizentes com a realidade,  
519 além de levar em conta os gastos básicos de uma família (água, luz, internet, gás e alimentação).  
520 Para efetivar melhor análise socioeconômica assim como escrito no item 4.1 do edital do PAE de  
521 2017, afinal entendemos o momento financeiro pelo qual as Universidades se encontram, mas em  
522 nenhum momento devemos retroceder e tais mudanças teriam como impacto que casos como esse  
523 não estariam sendo julgados. Lembrando do precedente da Reunião ordinário nº227 do dia  
524 23/6/2017 do ConsUni item 2.5 que não aceitaremos julgar os casos dos alunos sem sua prévia  
525 convocação e que seja analisado caso por caso.” Prof. Leonardo esclareceu que o teto do PAE não é  
526 uma questão do querer da gestão, mas sim do limite do PNAES e que mexer neste teto significa  
527 trazer para dentro do Programa um número muito grande de estudantes sem condições para  
528 sustentar isso, disse ainda disse que a folha de pagamento da bolsa se pensar no repasse mensal do  
529 PNAES ocupa 90%, sendo que os outros 10% tem que ser usados com RU de todos os campi,  
530 saúde, aluguel dos imóveis, UAC, ou seja, esse dinheiro não é suficiente já para a sua finalidade. O  
531 discente William disse que o que ele propôs foi para que pelo menos ocorra um estudo para saber  
532 quantos alunos seriam privilegiados com essa mudança, como elas ocorreriam e também aproveitar  
533 a conversa com a reitoria para falar sobre as bolsas que dizem ser prioridade não para agora, mas  
534 para um futuro. Prof. Leonardo leu a apresentação do indeferimento do caso RC SC 01. O discente  
535 William questionou se a mesa tinha o valor do aluguel apresentado pelo estudante. Prof. Leonardo  
536 informou que não tinham os documentos solicitados. O discente William disse que o caso passa R\$  
537 66,00 per capita do teto de R\$724,00 do estudante, ou seja, por causa de 66 reais per capita de 5  
538 membros esse aluno terá que se manter na Universidade com seus próprios recursos e mesmo  
539 estando como vulnerabilidade econômica segundo a lei federal, então o discente pediu para que os  
540 conselheiros julgassem esse caso com carinho, sabendo da vulnerabilidade econômica do estudante.  
541 A discente Bruna disse que esse teto de R\$724,00 estava de acordo com o salário mínimo de 2014.  
542 A docente Profa. Débora Burini disse que essa era uma situação muito complicada para os  
543 conselheiros, porque os mesmos se pautam no edital e que tem um valor cheio ali e é claro que por  
544 coração que por R\$60,00 daria o valor do próprio bolso, mas que não podia por conta do edital abrir  
545 o precedente de R\$60,00 para um. Disse compreender a necessidade que estes estudantes têm e que  
546 é óbvio que vai ser muito difícil para eles se manterem aqui estudando, mas por outro lado é um  
547 edital que está lá. A discente Giovana disse que dentro da UFSCar lidam com pessoas, realidades  
548 diferentes e contextos sociais complicados. Disse que ela não é bolsista, mas ela deveria ser e que  
549 dentro da realidade de cada estudante e da atual realidade econômica do país é preciso ter uma  
550 sensibilidade um pouco mais além que se preocupar com editais porque se sabe que existe uma  
551 bolsa alimentação e que pelo menos esta estudante conseguisse acesso a esta bolsa. Colocou  
552 também que se pegar a pauta anterior em que se ficou falando horas que apenas querem a presença  
553 da Reitora Wanda para um debate, também é necessário que se debata já que se conhece vários  
554 casos de pessoas que precisam de ajuda para permanecer na Universidade, mas poucas de fatos  
555 conseguem permanecer. Então não se pode se ausentar deste debate enquanto administração da  
556 Universidade. Por fim destacou que enquanto conselheira e estudante entende que R\$66,00 não  
557 podem impedir uma pessoa de continuar na Universidade e pediu que os conselheiros olhassem de  
558 uma forma real para as pessoas. O discente William ressaltou que todos os 13 casos de recurso que  
559 tinham para analisar foram situações que não puderam ser resolvidas apenas com edital, então se foi  
560 levado ao conselho foi para que fossem analisados de uma forma diferente da proposta do edital.

561 Profa. Cássia disse que se incomodava com a situação porque o que estava sendo falado não era em  
562 relação ao edital em si, mas ao fato de com o edital algumas pessoas ficarem de fora, ressaltando  
563 que outras pessoas na mesma situação dos que chegaram até o conselho por R\$66,00 poderiam não  
564 ter tido esse mesmo acesso. Sendo assim, infelizmente já existe uma situação de corte onde várias  
565 pessoas podem ter ficado para trás por 20, 30 ou 40 reais, muito menos que os 66 que nem aqui  
566 chegaram. O discente João lembrou os conselheiros que em uma outra reunião foi falado que o  
567 valor de corte para moradia e para alimentação era o mesmo e por R\$66,00 a pessoa não ficaria só  
568 sem o direito de moradia, mas também não teria o direito de se alimentar no RU com o acesso a  
569 bolsa. Então, poderia ser discutido essas questões também, a possibilidade de ela não ter uma bolsa  
570 integral de moradia e alimentação, mas a possibilidade de ter uma bolsa parcial e como uma maioria  
571 do conselho já havia se manifestado em não dar a bolsa para a pessoas seria importante trazer a  
572 discussão e entender a situação com uma proposta de uma bolsa alimentação. Sra. Francy disse que  
573 o que estava sendo votado era a inclusão ou não da pessoa no PAE, mesmo estando fora do critério  
574 e que não se falava de qual benefício se tratava, e que contemplar de uma maneira parcial não seria  
575 isonômico com as demais pessoas. Prof. Leonardo disse que de fato essas situações causavam um  
576 certo desconforto de votar, que era muito difícil inferir sobre uma inclusão fora dos critérios tendo  
577 um edital, que isto divide os membros e que abrir uma exceção abriria um precedente para uma  
578 série de outros casos. Colocou que achava que poderia ser trazido para uma próxima reunião do  
579 CoACE uma discussão, pois este era um conselho de discussão de políticas e era o que o discente  
580 João havia falado de de repente em algum momento trazer propostas para mudança no Programa de  
581 Assistência Estudantil, mas infelizmente naquele momento o que haviam eram casos pontuais que  
582 talvez até uma comissão permanente já poderia “mastigar” para trazer em bloco ao conselho um  
583 parecer e inclusive modificações de políticas, contudo, da maneira que estava configurado e que  
584 constava em pauta esses casos pontuais deveriam ser votados e por mais dolorido e complicado que  
585 fosse, também abrir precedentes seria enfraquecer o PAE. Prof. Ariadne disse que o reajuste é algo  
586 bem relevante porque se estavam falando de um valor de 4 anos atrás é algo que realmente deve ser  
587 mudado porque não se consegue mais viver com essa quantia. Questionou o motivo de ter o  
588 Programa se o mesmo está congelado no tempo e colocou que talvez fosse necessário dar esse apoio  
589 de forma parcial porque análises holísticas podem não ver o caso como um todo e a política deve  
590 contemplar esses casos que o edital não pode avaliar. Ainda ressaltou que o recurso no CoACE dá  
591 esperança para alguém, como o exemplo de uma aluna que no ano passado levou a mãe que tinha  
592 tirado um dia de serviço até o Conselho porque lhe foi dada essa possibilidade de recorrer. Então se  
593 o edital vai ser binário e branco e preto é preciso não ter esses problemas para o CoACE e  
594 reafirmou que a questão em relação ao teto é urgente e deve ser levado à ProAd. A discente Bruna  
595 solicitou que fosse votada a sugestão dada pela representação discente de conceder uma bolsa  
596 parcial e também em deixar como indicativo que haverá mais discussões em relação ao aumento do  
597 teto do Programa e que na última reunião o DCE havia colocado que foi protocolado um ofício na  
598 reitoria sobre a abertura de contas da Universidade e que querem discutir o tema porque se não tiver  
599 dinheiro agora querem analisar de onde vão tirar dinheiro para conseguir contemplar. Prof.  
600 Leonardo respondeu que essa sugestão de encaminhamento conflita com o PAE e que não tem nem  
601 como inserir a pessoa na base de dados para ter um auxílio parcial. E que essa é uma decisão que  
602 precisa ir para outro conselho, como o CoAd, porque a ProACE não tem autonomia financeira. Sra.  
603 Francy explicou que todas as pessoas que desejam ingressar no PAE e que necessitam de suporte  
604 encaminham a documentação a partir da qual se realiza uma análise socioeconômica da mesma  
605 forma para todos baseado no corte de renda e talvez seja um encaminhamento importante que a  
606 análise socioeconômica tenha uma outra metodologia para além da renda per capita, sendo que essa  
607 discussão não deixa de ser importante, pois a vulnerabilidade não se mede só com renda, mas  
608 também com outros indicadores (composição familiar, pessoa com deficiência em casa ou idosos  
609 com uma doença crônica). Disse que o que estavam tratando era a realidade do PAE que é um corte  
610 simples de renda de R\$724,00 com a possibilidade de dois abatimentos, até R\$400,00 com gastos  
611 de aluguel da família e até R\$200,00 com remédios, e que mesmo sabendo que é muito pouco  
612 precisa-se entender que é isso que está conformado e que devem sim ter o critério, abrir as contas e

613 mostrar o que o PNAES oferece, tentar argumentar e com a abertura de contas geral da  
614 Universidade tentar pleitear mais recursos, mas que o que estava sendo votado naquele momento e  
615 que não podia perder o foco eram recursos de pessoas que ingressaram em 2017 dentro dos atuais  
616 critérios do PAE. O discente João disse que o que entendeu em relação ao que a discente Bruna  
617 havia colocado foi que para não cortar o raciocínio fosse votado a inclusão dos alunos no PAE, mas  
618 que fosse tirado um indicativo que esse conselho voltasse a discutir essa situação em breve. A Sra.  
619 Cristiane Cinat expôs que essa formula metodológica de realizar a avaliação socioeconômica apenas  
620 por corte de renda já está sendo avaliada e que já estão formando um GT e desenvolvendo alguns  
621 estudos para que no próximo edital seja proposto uma outra metodologia de avaliação. O recurso  
622 RC SC 01 foi votado e a aluna foi incluída no PAE com 7 votos favoráveis, 5 contrários e 1  
623 abstenção. O discente William disse que o segundo recurso era de uma aluna do curso dele e que ela  
624 não havia sido convocada anteriormente. Sra. Francy solicitou esclarecimentos ao DeSS se as  
625 pessoas cujos os recursos seriam apreciados na reunião do CoACE foram convocadas. Sra.  
626 Cristiane respondeu que os alunos não foram convocados, mas foram convidados desde a confecção  
627 do relatório até a data da reunião, tendo sido encaminhado e-mail. A discente Isabela disse que foi  
628 aconselhada por sua assistente social a entrar com recurso, que passou a renda devido ao salário  
629 bruto de sua mãe que é servidora pública, e que foi conversado com a assistente social a entrar com  
630 recurso junto ao CoACE sobre os empréstimos da sua mãe que é endividada e que não consegue  
631 mantê-la na Universidade. Ela ainda disse que está no 3º semestre e que só está conseguindo se  
632 sustentar por estar morando de favor com uma moça e além disso ela está trabalhando com faxina  
633 para poder se sustentar. Prof. Leonardo leu o caso RC SC 02 e a aluna foi incluída no PAE com 7  
634 votos favoráveis, 5 contras e 2 abstenções. Prof. Leonardo leu o caso RC SC 03. Sra. Francy disse  
635 que o aluno do caso foi indeferido por perda de prazo e que está dentro dos parâmetros do edital. O  
636 aluno do caso RC SC 03 foi deferido no programa de assistência estudantil com 9 votos favoráveis,  
637 3 contrários e 1 abstenção. Prof. Leonardo leu o caso RC SC 04. Profa. Cássia questionou o motivo  
638 para o aluno ter perdido o prazo. Prof. Leonardo leu a manifestação do aluno. Sra. Francy solicitou  
639 esclarecimento se a questão de renda se enquadrava no quadro. Sra. Cristiane Cinat disse que como  
640 faltou o formulário de avaliação socioeconômica não foi possível realizar a análise e ter essas  
641 informações. Sra. Francy reafirmou então que o caso do aluno se referia a avaliação estar  
642 incompleta e o discente não compareceu para revisão da análise. O discente Kaue explicou que  
643 quando veio para UFSCar ainda estava recebendo o seguro desemprego e que a sua mãe nunca o  
644 sustentou e que na verdade era ele que a ajudava com parte do aluguel e com as demais despesas e  
645 que quando veio para São Carlos teve que deixar de ajudar em casa e conseguiu se sustentar até o  
646 mês de maio de 2017 e agora ele havia sido dispensado da casa que estava alugando por não ter  
647 mais condições de pagar e que estava sendo acolhido por um colega de classe que estava dando  
648 alimentação e moradia e que está procurando emprego, mas está difícil porque o curso é no período  
649 vespertino e ou ele trabalha ou estuda. Ele ainda disse que perdeu a data do recurso porque havia  
650 sido roubado e por isso não viu o recebimento do e-mail e que quando foi ver já tinha perdido o  
651 prazo. Esclareceu ainda que havia entregue alguns documentos como holerites da mãe e a  
652 inexistência de conta bancária do irmão por ser menor e que só a mãe recebia oficialmente porque o  
653 seguro desemprego dele não constava como critério para a avaliação e como o salário bruto era de  
654 entorno de R\$2000,00 ele se encaixaria no perfil. Sra. Cristiane Cinat disse que algumas  
655 documentações foram entregues, mas é o formulário de avaliação socioeconômica que norteia esse  
656 tipo de leitura e que sem o formulário eles ficam sem um norte para a conclusão da análise, por isso  
657 não foi possível conferir uma renda per capita, ele foi indeferido e foi levado para a etapa de revisão  
658 que no caso ele não compareceu para entregar a documentação que ficou faltando. O discente  
659 William disse que assim como acontece em outros casos emergenciais que a análise é feita fora do  
660 prazo, que ficasse como encaminhamento a análise emergencial do aluno. Sra. Francy expôs que a  
661 sugestão do representante discente seria de não avaliar o caso do estudante naquele momento e que  
662 votasse então a possibilidade de contrariando o edital abrir para que ele apresentasse a  
663 documentação completa para que se faça a avaliação socioeconômica fora do prazo do edital. Profa.  
664 Cássia questionou se haviam mais casos indeferidos que não entregaram a documentação e que

665 pudessem fazer o pedido desse adiamento. Sra. Cristiane respondeu que o Departamento de Serviço  
666 Social teve cerca de 840 inscrições no processo seletivo e dessas obtiveram em torno de 420  
667 estudantes deferidos e inclusos no PAE e expôs que estava pontuando esses dados porque  
668 justamente desse universo de indeferimento no caso de São Carlos apenas 6 estudantes se  
669 manifestaram até a última fase que era prevista para recurso e que esse momento de inclusão. A  
670 assistente social pontuou que o DeSS acompanha a chegada dos calouros e realiza nesse período a  
671 inclusão no PAE de forma regular, mas que como o departamento está aberto para atendimento  
672 durante todo o ano muitos casos que apresentam por exemplo desemprego na família, doenças tem  
673 as avaliações feitas em caráter emergencial que são lidas fora de edital, mas dentro de alguns  
674 procedimentos que a equipe técnica possui e então esses casos são previstos ingressos pontuais. Sra.  
675 Francly disse que o principal critério que precisava-se entender era qual a situação emergencial que  
676 fazia com que o discente solicitasse fora do edital. O discente Gustavo questionou quanto tempo a  
677 análise demoraria no caso do discente Kaue, porque no seu ponto de vista o caso do mesmo era tão  
678 emergencial que deveria sair da reunião com a bolsa, porém ele entendia o processo que precisava  
679 ser analisado, mas o prazo era muito importante devido as condições que o aluno apresentou. O  
680 discente registrou também que mesmo que o aluno precise passar pela avaliação era preciso  
681 entender que o seu caso já estava em avaliação e que era preciso que a Universidade já o auxiliasse  
682 e sugeriu de alocar o mesmo na moradia interna em caso emergencial com direito à alimentação.  
683 Sra. Francly esclareceu que para que um aluno pleiteie uma bolsa é preciso passar pela avaliação  
684 socioeconômica que comprove sua situação de vulnerabilidade. Disse que o discente poderia reunir  
685 os documentos para serem analisados, mas ressaltou que as pessoas só são encaminhadas para  
686 moradia em caráter emergencial no PAE quando se trata do auxílio emergencial destinado a alunos  
687 que estão vindo de outros estados e que durante o período de ingresso devido à sobrecarga do  
688 serviço de assistência social em proceder rapidamente as análises ficam na moradia por um período  
689 determinado, sendo esse o encaminhamento que o programa regulamenta. Sra Francly questionou o  
690 serviço social de quanto tempo após a apresentação dos documentos seria possível a realização da  
691 avaliação. Sra. Cristiane informou que com a documentação completa no prazo de 1 dia era possível  
692 realizar a avaliação. Sra. Francly ressaltou que é preciso que o aluno entregue a documentação  
693 completa com tudo que está descrito no edital e principalmente o formulário socioeconômico e que  
694 isso fica registrado como responsabilidade do mesmo se o conselho assim votar. Profa. Debora  
695 disse que o seu voto não prejudicou ninguém, mas que o que a Sra. Cristiane falou a preocupa  
696 porque está votando de um jeito que não é o que foi explicado. Se tinham 800 pessoas em média  
697 inscritas para o programa e quatrocentas e pouco foram aprovadas se entende que as outras  
698 quatrocentas pessoas estavam como estas que estavam discutindo na reunião, sendo assim a docente  
699 questionou se essas que ficaram de fora não estavam sendo analisadas porque não estavam dentro  
700 do critério ou porque não havia interesse delas. Sra. Francly esclareceu que todos puderam pleitear  
701 porque pelo edital do PAE a pessoa precisa apresentar a documentação em uma fase x, sai o  
702 resultado no dia y, posteriormente ela precisa comparecer no recurso no dia z, quando é feita uma  
703 nova análise e apresentado um novo parecer, sai então o resultado do recurso, e nessa fase algumas  
704 pessoas comparecem outras não, e esse recurso sendo indeferido ainda tem a possibilidade de se  
705 inscrever no CoACE. Profa. Debora questionou se todas as pessoas que foram indeferidas recebem  
706 a orientação de que elas podem entrar com recurso. Sra. Francly respondeu que isso está escrito no  
707 edital e que o mesmo é público. Profa. Debora disse que alguém havia dito que formalmente a  
708 assistente social a orientou a entrar com recurso. Sra. Cristiane informou que isso é padrão de  
709 atendimento. Profa. Debora disse que entendeu que há um percentual para que as pessoas que  
710 entram com recurso possam ser de alguma maneira contempladas. Sra. Francly disse que todas  
711 pessoas têm direito, mas que existem algumas que não vão até o recurso e que a orientação que se  
712 faz é quando elas vão ao recurso. Profa. Debora questionou se houvesse um movimento das 400  
713 pessoas que foram reprovadas e o CoACE tivesse que votar para todas se o processo seria o mesmo.  
714 Colocou ainda que estava colocando seu voto como contrário não pelo aluno ou a diferença de  
715 salário, mas sim porque se abre o precedente para 1 os outros 400 estariam no direito de estarem na  
716 reunião. Profa. Debora questionou também se essas pessoas foram orientadas no sentido de irem ao

717 Conselho com o recurso, porque caso contrário isso modificaria seu voto. A discente Bruna disse  
718 que as pessoas possuem direito a recurso e que isso está no edital só que já receberam inúmeras  
719 denúncias, não só no atual ano, de que o aviso não é feito pelas assistentes sociais ou que foram  
720 orientados a não entrar com recurso porque não valeria a pena. Sra. Francy disse que gostaria que  
721 fosse feito o registro porque isso coloca até em desabono o trabalho das colegas assistentes sociais e  
722 que as pessoas que fazem as denúncias devem ter responsabilidade ao fazê-las para que se possa  
723 chegar em quem está fazendo a orientação equivocada e corrigir internamente, porque isto dá um  
724 descrédito no trabalho das profissionais, generaliza um mal atendimento e uma ausência de  
725 cuidados. Então, se existe isso que chegue as recomendações para que se possa orientar a equipe. A  
726 discente Giovana disse que ninguém está querendo acusar, mas que essa discussão está sendo  
727 pautada desde o movimento de ocupação da ProACE de 2016 e que sim existem denúncias formais.  
728 Sra. Francy questionou o local que estas denúncias se encontram. A discente Giovana disse que  
729 estas denúncias acontecem em fóruns da Universidade que são pautadas pela comissão de moradias  
730 e que o que estavam tentando esclarecer é que todas as pessoas têm o direito de entrar com recurso  
731 só que nesse caminho elas podem ser desencorajadas por fatores externos e que é preciso avaliar  
732 realmente o que está acontecendo com as solicitações que chegam até o CoACE. Sra. Francy  
733 solicitou a representação discente que apresentasse um estudo de todas as pessoas que fazem esse  
734 tipo de queixa e onde estão ocorrendo as avaliações delas. Profa. Cássia disse que a pouco a  
735 representação discente estava pedindo dados dessa reitoria, pedindo que os dados fossem analisados  
736 e que estavam então conversando sobre dados, então qualquer informação precisa vir sobre dados se  
737 não o CoACE acaba funcionando de um jeito que o dado só importa quando é do conselho para  
738 fora. Então essas denúncias se são ditas em fórum que não são gravados, como os estudantes  
739 mesmo dizem, e que as pessoas não nomeiam também não são dados. O dado precisa vir  
740 formalizado e nesse sentido deve ser votado o prazo com que vão trazer a denúncia porque aí se  
741 coloca a conversa de uma forma adequada, assim como o encaminhamento da discente Bruna com  
742 relação ao prazo com que o serviço social tem para apresentar a avaliação. Então precisa-se colocar  
743 o prazo para as análises e o prazo para que as denúncias cheguem ao Conselho, porque é sério  
744 demais isto. Disse também que é preciso que fique mais claro o que é emergencial e que no caso  
745 que acabaram de aprovar se o emergencial é perda de salário não tinha um caso emergencial e que  
746 se era uma situação emergencial pela modificação da situação, não modificou e então acabaram de  
747 votar um caso em que foi aprovada uma bolsa e que não houve uma situação de caráter emergencial  
748 porque não houve mudança na condição de entrada e concluiu que considera que o conselho estava  
749 em um ponto de vista ético bastante delicado. A discente Giovana disse que o que foi colocado pela  
750 representação discente é que não são todas as pessoas que são informadas e que há casos até de  
751 discursos que são complicados de avaliar, porque tratam-se de pessoas que já estão em uma posição  
752 de vulnerabilidade. Relatou ainda que há estudantes que estão em processo dentro da Universidade  
753 por serem perseguidos por assistentes sociais, desde 2016, que aguardavam chegar ao Conselho de  
754 Graduação. A discente colocou que o que estavam querendo dizer é que é muito complicado e  
755 delicado falar que as pessoas não sofreram abuso ou não foram desencorajadas porque elas não  
756 fizeram uma denúncia formal dentro da Universidade, porque se sabe o quão burocratizado são  
757 estes espaços e que estava sendo falado no Conselho de assuntos muito delicados que às vezes não  
758 chegam ao conhecimento da Universidade, então é difícil para essas pessoas se sentirem  
759 empoderadas em encarar a Universidade e encarar esses Conselhos, em falar que “sim, eu fui  
760 desencorajado a ir atrás de uma bolsa” ou “eu fui perseguido”. Por fim respondeu ao que estava  
761 sendo questionado se as pessoas sabiam que elas podiam ir ao CoACE, dizendo que não sabiam e  
762 que não tinha como provar só que tinha com o esforço do movimento estudantil denúncias, coletas e  
763 acolhimento de estudantes que chegavam até a representação discente com déficit financeiro, social  
764 ou psicológico dentro de todo o espaço da Universidade. Registrou ainda que as pessoas que  
765 estavam na reunião precisavam ser valorizadas porque não são todos que vão até o conselho e fala  
766 no microfone de holerite, de desemprego da mãe e de doença e que essas pessoas estavam com  
767 sensibilidade real e que as pessoas que foram até lá tem sim o direito de debater caso por caso e tem  
768 que olhar caso por caso para além de um edital. Sra. Francy disse que da mesma forma como os

769 alunos passam por situações de vexame ou de constrangimento, e isso não pode acontecer, falar de  
770 uma maneira generalizada pode também trazer vexames e uma situação complicada para quem  
771 atende, não podendo se generalizar um profissional que não atende de um jeito adequado e um que  
772 atende de um jeito adequado, sendo assim para que seja tratado com justiça é preciso ser tratado  
773 com dados e se não há mecanismos de fala abertos, é preciso repensar sobre isso. Sra. Francly  
774 defendeu que é preciso manter a justiça e a responsabilidade na informação. Disse que se pode  
775 entender o que aconteceu e fazer um levantamento de qual foi a trajetória dos outros quatrocentos  
776 alunos que foram indeferidos, com um levantamento e mapeamento de perfil, mas não se pode  
777 generalizar e dizer que uns não são encorajados ou que passam por coesão, além disso é preciso ver  
778 onde acontece para poder corrigir. O discente Gustavo disse que precisava ser deixado muito claro  
779 que a partir do momento que os alunos tiverem a segurança de não perseguição e não processo  
780 acadêmico dentro da Universidade todos os casos viriam à tona e que enquanto isso não acontecesse  
781 nenhum dos casos ou a minoria deles viriam à tona e que não podia se cobrar uma coisa que não é  
782 assegurada pela universidade, enquanto os alunos não tivessem garantia dos direitos serem  
783 respeitados e de não serem perseguidos dentro da Universidade. O discente Kaue disse que foi atrás  
784 e que não ficou sabendo porque estava sem internet e esse tipo de comunicado de recurso é feito por  
785 e-mail e que só ficou sabendo do recurso no CoACE porque uma amiga o avisou. A discente Bruna  
786 pediu desculpa para as assistentes sociais presentes e disse que não foi a intenção duvidar do  
787 trabalho delas, mas que são coisas que podiam acontecer. A discente disse para Profa. Cássia que  
788 esse tipo de informação foi levantado durante a ocupação da ProACE e que foi por essa causa que  
789 uma estudante foi criminalizada e que responde processo até a data e que podem tentar conseguir  
790 esses dados, que desde 2014 tenta fazer esse levantamento, mas são dados difíceis de conseguir.  
791 Profa. Cássia disse que deveriam levar para a discussão os casos do ano de 2017, porque os alunos  
792 estavam levantando informações de casos que aconteceram anteriormente, mas que nesses períodos  
793 outras representantes estavam no Conselho, sendo então necessário discutir os casos que  
794 trabalhassem com referencial de uma informação que não escapasse dos atuais conselheiros.  
795 Registrou ainda que entendia que os alunos estavam informando coisas sobre as quais estavam  
796 votando e se não fosse isso não daria para falar e se posicionar na hora em que estão falando e  
797 discutindo casos pontuais. Colocou ainda que conseguia entender que historicamente várias coisas  
798 aconteceram e várias coisas muito ruins para a questão democrática, mas que no momento não  
799 estavam discutindo processo histórico, mas sim casos pontuais e inclusive a forma com que estava  
800 se posicionando para manter algo muito caro que é a justiça. Profa. Debora disse que quando estão  
801 lá dentro do CoACE eleitos pela comunidade universitária eles possuem uma responsabilidade e  
802 que ela se chateava muito quando os alunos diziam que eles votavam pelo edital porque ela não  
803 vota pelo edital, mas pelo senso de justiça e pelos quatrocentos que tiveram os pedidos negados por  
804 alguma razão e que só queria saber se todos os quatrocentos tiveram a mesma opção de acesso a  
805 informação e que isso irá alterar os seus votos. Colocou que a pessoa que se endividou isso para o  
806 edital não é um caso emergencial porque ela já foi para o pareô com uma condição socioeconômica  
807 da qual ela sabia que iria estar entre os oitocentos em uma condição lá para baixo e então são pesos  
808 e medidas que para ela enquanto conselheira é uma decisão muito difícil e mais do que isso se os  
809 estudantes fizerem uma campanha para que todos os quatrocentos que foram indeferidos  
810 comparecessem ao CoACE com quatrocentos recursos como isso seria avaliado dentro do critério e  
811 questionou se teriam verba para atender a todos e ainda conclui que com tudo que estava sendo  
812 apresentado eles não tiveram dados suficientes para se posicionar de forma justa. Prof. Marcio  
813 pediu esclarecimento e encaminhamento para que os conselheiros tivessem antes acesso aos  
814 documentos para que pudessem realizar a leitura para que chegassem na reunião para dar a  
815 deliberação de forma justa e que toda a discussão passasse para uma próxima reunião, talvez em  
816 uma reunião exclusiva para entender claramente o edital. Registrou que muitos desses recursos  
817 tinha problema de edital então o que poderia ser feito seria analisar em blocos para saber se seriam  
818 aprovados os recursos fora de prazo ou por exemplo regular recursos que estavam acima da margem  
819 de R\$724,00 e que talvez seria necessário se fazer um filtro antes em uma dinâmica de como cuidar  
820 desses recursos, mas paralelamente além disso analisar o programa. Foi colocado em votação a

821 entrega da documentação faltante do estudante e o prazo de um dia útil, assim que o estudante  
822 entregasse a documentação completa, para o serviço social analisa-la, aprovado com onze votos  
823 favoráveis e duas abstenções. A assistente social de Araras, Aline, pediu posicionamento sobre os  
824 recursos, se os casos seriam deferidos ou não, porque a reunião durou quase quatro horas e os casos  
825 de Araras não foram avaliados, sendo que já foi a terceira vez que passaram datas para os discentes  
826 que estavam aguardando os resultados e solicitou orientação para passar para os estudantes. Sra.  
827 Francly sugeriu votar para uma reunião extraordinária só com o tema do recurso. Prof. Marcio  
828 sugeriu encaminhamento da data da reunião para até mesmo verificar a disponibilidade do quórum.  
829 Sra. Francly indicou que tentariam para o mais breve possível para que ocorresse apenas as análises  
830 de recursos e encaminhariam juntamente a data marcada uma minuta de dinâmica de votação. Nos  
831 informes dos membros, Profa. Cássia informou que através da Resolução 35 de 07 de abril de 2017  
832 foi constituída a comissão que avaliaria os critérios de rendimento acadêmico e que essa comissão  
833 vem trabalhando desde essa data em reuniões quinzenais; a representação estudantil propôs que essa  
834 comissão escutasse as entidades estudantis; essa comissão já está finalizando o seu trabalho e então  
835 estão apenas aguardando qual a data da reunião para a escuta dos estudantes porque já estão com o  
836 relatório pronto e com todas as questões encaminhadas. A discente Janaina questionou se essa  
837 proposta de data já havia sido levada para os estudantes. Profa. Cássia disse que não foi isso que  
838 aconteceu, que tinham tido as reuniões e não foi levada a data e a comissão já realizou todo o  
839 trabalho e então precisavam da data para que pudessem contar com uma proposição que os  
840 discentes encaminharam. A discente Janaina disse que não havia sido informada, mas que se  
841 pudessem para a próxima semana já organizar isso com um representante de cada C.A da  
842 comunidade acadêmica. Profa. Cássia disse que tudo bem. A discente Giovana solicitou a Profa.  
843 Cássia para que se pudessem levar as ATAS de construção da comissão já que não puderam  
844 participar. Profa. Cássia disse que as ATAS foram encaminhadas por e-mail e que os estudantes e a  
845 representação têm todo o material e que talvez eles mesmo consigam se organizar para que todos  
846 tenham os esclarecimentos. A discente Talita disse que gostaria de participar das reuniões também.  
847 A discente Janaina respondeu para a discente Talita que como o DCE é multi Campi eles iriam se  
848 organizar para que Sorocaba também estivesse presente nessa reunião. Sra. Francly fez um adendo a  
849 fala dizendo que a comissão não é para aumento de créditos, mas para avaliação de criação de  
850 critérios justos de contrapartida a permanência estudantil, o que não está implicando em aumento de  
851 créditos. Profa. Cássia falou para a discente Talita que gostaria que para a participação na reunião  
852 os estudantes tivessem acesso a todo o trabalho realizado e que os estudantes tivessem isso a partir  
853 do que já foi realizado. A discente Talita disse entender e que eles não querem que comece tudo  
854 novamente, mas que apenas entendam o que está acontecendo. A discente Bruna disse que a  
855 comissão de moradia de São Carlos já possui esses documentos em mãos e pode ficar de repassar  
856 para os discentes de Sorocaba. Assim, a reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente  
857 e dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a  
858 presente ata, que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

859 Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente) \_\_\_\_\_

860

861 Sr<sup>a</sup>. Francly Mary Alves Back (Pró-Reitora Adjunta) \_\_\_\_\_